

O governo Lula favorece os trabalhadores

Como o governo Lula tem sido favorável às classes trabalhadoras

Os novos dados sobre emprego e salário mínimo revelam o quanto o governo Lula, mesmo com os graves limites da gestão macroeconômica, já deixou para trás o período amargo de ataques frontais ao emprego e aos direitos dos trabalhadores que caracterizaram os anos FHC.

Números relacionados ao desempenho do mercado de trabalho brasileiro em 2005 divulgados agora no início do ano surpreenderam inclusive analistas mais otimistas. Mesmo com o fraco desempenho da economia no ano passado, o mercado de trabalho teve um desempenho bem mais favorável do que se poderia esperar levando-se em conta o baixo crescimento da economia nacional em 2005. Foi isto o que revelaram os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (Caged) divulgados no início deste ano.

A taxa de crescimento do emprego formal foi de 5,1%, o que pode ser considerado positivo num ano em que a economia cresceu apenas 2,3%. Tais números confirmaram a tendência de recuperação do emprego no governo Lula apesar das dificuldades no plano da gestão econômica.

É verdade que em relação ao ano anterior houve uma queda de 17,7% na geração de empregos formais. Ainda assim, houve a criação de 1.253.981 empregos formais em 2005, sendo o segundo resultado da década, perdendo apenas para 2004, quando a economia teve um desempenho bem superior e foram gerados 1.523.981 empregos. Os números da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE confirmam a geração de empregos apontada pelo Caged. No período entre novembro de 2004 e novembro de 2005 foram criados 445 mil empregos nas seis regiões metropolitanas pesquisadas.



Considerando-se os três primeiros anos do governo Lula, houve um crescimento de 15,2% no nível de emprego formal. Na comparação com o governo anterior de FHC, o governo atual leva boa vantagem. No governo Lula, já foram criados 3.422 milhões de empregos formais. As estimativas do Ministério do Trabalho apontam para a criação de mais 1,5 milhão de vagas formais neste ano, o que elevaria para quase 5 milhões o total de postos de trabalho gerados com carteira assinada. Desta forma, o número de empregos formais e informais poderia atingir 8 milhões de vagas durante o governo Lula. Bastante diferente, portanto, do governo anterior. Entre 1995 e 1998, primeiro mandato de FHC, o mercado de trabalho perdeu 1,018 milhão de postos de trabalho formais. No segundo mandato, de 1999 a 2002, houve uma geração de 1,815 milhão de empregos. O balanço final da era FHC foi o medíocre saldo de menos de 800 mil empregos criados em oito anos de governo, o que revela o descaso com que o governo anterior tratou um tema tão importante.

Por sua vez, a taxa de desemprego deixada pelo governo FHC, que era de 12,2% em 2002, caiu para 9,6% em 2005. Neste mesmo ano, apesar do fraco desempenho da economia, cerca de 80% das negociações salariais tiveram índice de reposição igual ou superior à inflação.

A questão do salário mínimo

Se por um lado são positivas as taxas de crescimento de emprego, por outro, as últimas informações da PME mostram que o rendimento médio dos empregados com carteira assinada encontra-se estagnado no mesmo nível de 2004, ou seja, cerca de R\$ 975. Este é um dos efeitos mais imediatos do fraco desempenho econômico, já que, se a renda cresce menos que o número de pessoas absorvidas pelo mercado de trabalho, a tendência é a renda de cada trabalhador cair, a não ser que haja uma transferência de renda do capital para o trabalho. A PME confirma ainda a persistência de problemas como a sub-remuneração e a alta taxa de informalidade.

Em relação ao histórico recente do desempenho do salário mínimo, João Sabóia em artigo publicado no livro "Salário Mínimo e Desenvolvimento", (Editora da Unicamp, 2005), destaca o aparecimento de um movimento contraditório a partir de meados dos anos 1990. A partir de 1994 houve uma recuperação do salário mínimo real e sua difusão às regiões mais atrasadas do país. Ao mesmo tempo, essa recuperação se deu em meio a um desemprego em massa e declínio do salário médio real. Durante o governo FHC, a participação dos salários na renda nacional passou de 35,9% da renda nacional em 1993 para apenas 25,7% em 2003, segundo o IBGE.

Neste sentido, uma novidade do governo Lula tem sido o fato de que uma política de valorização do salário mínimo, ainda não plenamente estruturada, mas certamente mais consistente que o do governo anterior, acontece num contexto de expansão significativa dos postos de trabalho, o que tende a multiplicar seus efeitos positivos. A importância de uma política de valorização do salário mínimo de longo prazo é ainda mais ressaltada diante da constatação de que das vagas de trabalho criadas recentemente, 90% delas são com remuneração até dois salários mínimos.

A implementação de uma política de valorização do salário mínimo permanente no país esbarrou nos anos 1990 com os argumentos de que os impactos de uma política regulatória de salário mínimo seria contraproducente já que provocaria desemprego e seria ineficaz como política de distribuição de renda ao não atingir uma população expressiva e representativa em todo o país. No entanto, o argumento principal contra a valorização do salário mínimo foi de natureza fiscal. Argumenta-se que a vinculação entre as transferências da Previdência Social e o salário mínimo consagrada na Constituição de 1988 provocaria um aumento das despesas públicas com pressões sobre o superávit primário.

Em relação à questão do desemprego, Paula Montagner no ensaio "Salário Mínimo e a Dinâmica Social" ("Salário Mínimo e Desenvolvimento", Unicamp, 2005) destaca a existência de sólidos estudos empíricos demonstrando que o aumento do salário mínimo tem pouco impacto no aumento do desemprego e mesmo na informalidade. Em relação à parcela da população que é diretamente afetada pelo valor definido pelo salário mínimo, as informações do PNAD de 2003 revelam que 7,5 milhões de pessoas recebem um salário mínimo, o que corresponde a 9,4% da população ocupada. Ainda mais, a limitada capacidade de criação de postos de trabalho pela economia nos últimos anos teve como consequência o fato de que na maior parte das famílias, apenas um membro trabalha auferindo renda. Como, de acordo com o censo demográfico de 2000, os domicílios têm em média 3,8 pessoas, o rendimento do trabalho de uma pessoa representa a fonte de recursos que atenderá às demais. Com base nestas indicações, poderia-se estimar que a decisão relativa ao valor do mínimo atingiria diretamente 28,4 milhões de pessoas, 16% da população brasileira em 2003.

Um segundo grupo afetado pelas definições relativas ao salário mínimo são os desempregados que recebem seguro-desemprego. Dos 5 milhões de desempregados que receberam o seguro-desemprego em 2003, 1,1 milhão receberam salário mínimo. Desta forma, poderia-se acrescentar mais 1,6% da população brasileira ao grupo afetado pelo salário mínimo.

O terceiro grupo seria o formado pelos aposentados que recebiam um salário mínimo em 2003 e que, segundo os dados da PNAD correspondiam a 58% do total de aposentados. Acrescentados os pensionistas, totaliza-se 65% dos beneficiários da Previdência com salário mínimo. Segundo dados do censo demográfico de 2000, em 43,8% das famílias, a participação da renda dos idosos com mais de 60 anos na composição da renda familiar é maior que 50%. Somados todos estes grupos, a definição do valor do salário mínimo afetaria diretamente cerca de 30% da população total do país, atingindo principalmente os segmentos mais fragilizados em sua condição de inserção no mercado de trabalho, o que definiria a valorização do mínimo como uma importante política de distribuição de renda no país.

Em relação ao impacto do salário mínimo sobre a Previdência Social, o profundo ensaio de Sulamis Dain e Milko Matijascic intitulado "Finanças públicas, salário mínimo e seguridade social: as aparências enganam" ("Salário e Desenvolvimento", Unicamp, 2005) mostra como o gastos do INSS não podem ser considerados um foco descontrolado de déficit. Se, por um lado houve um aumento do gasto previdenciário em relação ao PIB, comparando-se os benefícios da seguridade e a carga tributária bruta (CTB) e a carga tributária da União (CTU), para o período entre 1995 e 2002 houve uma perda de participação dos benefícios previdenciários para o CTB e para o CTU. Desta forma, não foram os benefícios de salário mínimo que exigiram a elevação da carga tributária neste período. De fato, como mostram Anselmo Santos e Denis Gimenez (Política de Salário Mínimo e Finanças no Brasil) os recursos previdenciários passaram a ser contingenciados desde 1993 pela política de ajuste fiscal promovida pelo governo FHC através da instituição do Fundo Social de Emergência (FSE), pelo Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e pelas Desvinculações de Receita da União (DRU), o que criou as condições para a caracterização de uma situação deficitária da Previdência. Na verdade, a maior parte dos aumentos de tributação serviu para custear o aumento explosivo dos encargos com a dívida pública.

A valorização do mínimo no governo Lula

Contra esta perspectiva, o Ministério do Trabalho e Emprego tem trabalhado com a visão de que os impactos da elevação do mínimo sobre a Previdência Social podem ser absorvidos, não somente pelo não contingenciamento dos recursos da seguridade social, mas também pela elevação da arrecadação previdenciária, num contexto de crescimento econômico, que também promoveria impactos positivos na arrecadação com a maior formalização dos vínculos trabalhistas e com a elevação dos salários.

Este reconhecimento da importância da valorização do salário mínimo para uma política de desenvolvimento aparece como incorporação das demandas das centrais sindicais que se mobilizaram nas marchas dos trabalhadores a Brasília visando o estabelecimento de uma política que recupere seu valor. Esta reivindicação dos trabalhadores foi atendida em abril de 2005 quando



o governo Lula instituiu, no interior do Ministério do Trabalho e Emprego uma Comissão Quadripartite, de caráter consultivo, presidida pelo Ministério do Trabalho e constituída por representantes do Executivo, trabalhadores, empresários e aposentados com o objetivo de propor um programa de fortalecimento do salário mínimo, analisando os impactos sobre o mercado de trabalho, a Previdência Social, os programas sociais e os entes federados. Além desta iniciativa, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 incluiu a previsão de garantir aumento real do salário mínimo em percentual equivalente ao crescimento real do PIB, o que significa que o piso do reajuste do mínimo não é mais apenas a recomposição do valor segundo a variação da inflação, mas inclui também um reajuste real cujo patamar depende do crescimento econômico. Assim, diferentemente do governo anterior, quando o salário mínimo foi objeto de debates e terminou sempre carecendo de uma política de valorização de médio e de longo prazo, com o governo Lula conquistou-se a oportunidade de formulá-la e iniciar sua implementação.

A iniciativa de tentar formular pela primeira vez uma política de longo prazo foi acompanhada de reajustes do salário mínimo que buscaram sempre garantir a elevação do valor real desta remuneração. Embora nos dois primeiros anos do governo Lula o aumento real tenha ocorrido em percentuais modestos, em 2005 a elevação já foi bastante expressiva, alcançando 7,86%. Desta forma, o salário mínimo real vigente em maio de 2005 já era 23% superior ao de dezembro de 2002. Para 2006 o salário mínimo estará ainda mais valorizado. Com o valor de R\$ 350 e a antecipação do reajuste para abril, o crescimento real do salário mínimo será de 13% em relação ao de 2005, o maior desde 95. Tal crescimento gerará um aumento de R\$ 15 bilhões na massa de rendimentos, o que será muito importante para o aumento do consumo e para o desenvolvimento econômico. Como resultado destes reajustes, o valor real médio do salário mínimo manteve tendência ascendente, interrompendo a perda de poder médio de compra registrada no último ano do governo FHC.

Sandra Brandão destaca outro aspecto importante da evolução do salário mínimo no governo Lula (Diretrizes para uma política de recuperação do salário mínimo, em "Salário Mínimo e Desenvolvimento", Unicamp, 2005). Trata-se da relação entre seu valor real e o custo da cesta básica calculada pelo DIEESE. Calculando o valor médio dessa cesta para as 16 capitais pesquisadas e comparando com o salário mínimo, em valores reais, verifica-se uma melhoria importante do poder de compra. Em 2003 um salário mínimo permitia adquirir 1,3 cesta, relação que foi aumentada para 1,91 em maio de 2005. Com o novo valor em 2006, o mínimo irá comprar 2,2 cestas básicas, ou seja, quase o dobro de 2003.

Uma política de valorização do salário mínimo deve ter um horizonte de longo prazo combinando recomposição da renda dos trabalhadores, desenvolvimento econômico e formalização do mercado de trabalho. Em relação a este último ponto, a proposta do governo de redução dos encargos previdenciários dos trabalhadores domésticos com intenção de estimular a formalização deste tipo de emprego parece bastante positiva. Principalmente quando se trata de uma categoria em que, segundo o IBGE, cerca de 75% trabalham sem carteira assinada e apenas 27% trabalham formalmente.

Finalmente, cabe a observação de que os resultados bastante positivos apresentados pelo mercado de trabalho no governo Lula poderão ser ainda melhores no futuro tanto em termos de geração de empregos como em aumento da média da renda dos trabalhadores, se a economia brasileira finalmente avançar para um círculo virtuoso de crescimento econômico com distribuição de renda. (Fundação Perseu Abramo, *Periscópio*, n° 55, março de 2006)

Delphi quer demitir 8,5 mil trabalhadores

Delphi pede anulação dos contratos de trabalho para demitir 8,5 mil pessoas

A fabricante de autopeças Delphi pediu a um juiz federal dos Estados Unidos que invalide seus contratos coletivos de trabalho, como parte de seu plano de sair do regime de concordata. O projeto prevê a venda ou o fechamento da maioria das fábricas instaladas nos Estados Unidos, a eliminação de 8,5 mil vagas com carteira assinada e a reformulação dos contratos com a General Motors.

A empresa havia informado que precisava até quinta-feira pelo menos uma base de um acordo com a GM e os sindicatos, que representam 34 mil funcionários pagos por hora nos Estados Unidos. Caso contrário, entraria com as moções no Tribunal de Falências de Nova York no dia seguinte.

O pedido, protocolado pelo principal executivo da Delphi, Steve Miller, intensifica um confronto com a confederação sindical United Auto Workers que poderá levar à convocação de uma greve e arrastar a própria GM para o regime de concordata. A Delphi, a maior fornecedora de autopeças da GM, é uma antiga divisão da montadora americana.

A GM disse estar "decepcionada" com o plano da Delphi de rejeitar contratos de fornecimentos de peças, e a UAW qualificou o pedido judicial um "uso indevido do regime de concordata". A iniciativa vai elevar as pressões sobre todas as partes para que aprove reduções de salários e benefícios antes que um juiz federal de falências dos Estados Unidos aprecie o pedido, já em junho.

"Trata-se de um jogo de pressão maior criado para fazer com que todos se reúnam em torno da mesa de negociações", disse Joseph Balestrino, administrador-sênior de investimentos da Federated Investors de Pittsburgh, onde ele gerencia US\$ 8 bilhões em bônus, entre os quais os da GM.

Além de protocolar o pedido, Miller disse que a Delphi vai deixar de fabricar freios, sistemas de direção e outras peças para se concentrar em produtos de mais alta tecnologia como sistemas de entretenimento veiculares. Ele pretende fechar 21 de suas 29 unidades de produção nos Estados Unidos até o final do ano que vem.

Até 8,5 mil pessoas, ou 25% do quadro mundial de funcionários com carteira assinada, serão afastadas por demissão ou não-substituição. A Delphi disse que vai congelar as pensões a partir deste ano e reduzir seus escalões de dirigentes em até 40%.

A fabricante de autopeças espera vender ou fechar um terço de suas fábricas no mundo até 2008, para centrar-se em produtos mais rentáveis, como os das áreas eletrônica, de navegação e segurança. Nos Estados Unidos, apenas oito fábricas foram identificadas como sendo básicas para seus negócios principais.

A Delphi, que em 1999 desmembrou-se da GM, informou que as audiências sobre as moções trabalhistas no Tribunal de Falências de Nova York começarão no dia 9 de maio, mas que continua em negociações com seus sindicatos e a montadora para tentar chegar a acordos que tornem suas operações nos Estados Unidos rentáveis.

"Para sair do Capítulo 11 (da lei americana de recuperação judicial) nos Estados Unidos precisaremos tomar decisões difíceis, porém necessárias", afirmou Miller, em comunicado.

Em outubro, a Delphi colocou suas operações nos Estados Unidos em recuperação judicial pelo Capítulo 11 para poder, principalmente, cortar salários e benefícios de seus funcionários horistas, fechar várias fábricas e reverter os prejuízos no país. As unidades internacionais não entraram em recuperação judicial.

As centrais sindicais United Auto Workers (UAW) e o International Union of Electrical Workers-Communication Workers of America rejeitaram na semana passada as propostas mais recentes sobre salários e benefícios, o que levou a Delphi a encaminhar seus planos diretamente ao tribunal na sexta-feira. (Agências internacionais) (*Valor Econômico*, 03.04.2006)



Delphi Update

França : sindicatos querem revogação da lei

Os sindicatos querem obter do partido da maioria a ab-rogação do CPE

Aproveitando-se do desgaste de Villepin, Sarkozy assume as negociações, mas, para os sindicatos não há o que discutir, a não ser o cancelamento da lei

Rémi Barroux e Philippe Ridet

Depois de um fim de semana rico em contatos telefônicos, os principais dirigentes sindicais mantêm o mesmo objetivo: eliminar o contrato primeiro emprego (CPE) da paisagem social e política. Confrontados à situação inédita de uma lei promulgada, mas que não deve ser aplicada, conforme o desejo manifestado por Jacques Chirac na sua alocução televisiva de 31 de março, os sindicalistas pedem agora para que ela seja ab-rogada.

"É preciso ab-rogar, é a única solução", estima Bernard Thibault, o secretário-geral da CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), enquanto o seu homólogo da CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho), François Chérèque, reclama "uma lei de ab-rogação". Todos eles, às vésperas da jornada de mobilização de 4 de abril que eles anunciam como importante, explicam, tal como fez Jean-Claude Mailly (FO), que "está fora de questão buscar compromissos ou adaptações para o CPE".

Para François Chérèque, as coisas estão muito claras: "Nós não iremos aceitar com Nicolas Sarkozy ou os deputados da UMP (partido da maioria no poder, de direita) o que nós recusamos a Dominique de Villepin. Não seria lógico", explicou.

"Se eles querem discutir conosco, é que eles aceitam abandonar o CPE", argumenta Bernard Thibault. Este explica que "Sarkozy [ministro do interior e presidente da UMP] deu a entender que os deputados poderiam ir muito além daquilo que o presidente Chirac disse".

O novo presidente da CFE-CGC (confederação que representa os executivos assalariados e os profissionais liberais), Bernard Van Craeynest, afirma que "está fora de questão deixar-se prender na armadilha dos temas sugeridos pela presidência (redução de um ano do período de experiência e justificativa para a demissão)"; ele também se refere, assim como os seus homólogos sindicalistas, à modificação do contrato novos empregos (CNE) que havia sido instaurado por Dominique de Villepin em agosto de 2005.

Bernard Thibault (CGT) afirmou, em entrevista a "Le Monde", que "é preciso interromper os recrutamentos por meio do CNE e discutir os direitos que são aplicáveis aos assalariados que já foram recrutados [no quadro do regime do CNE], considerando-se as ressalvas que foram manifestadas pelo chefe do Estado em relação ao período de experiência e a não-justificativa da demissão".

Do lado dos estudantes, Bruno Julliard, o presidente da Unef (União nacional dos Estudantes da França), quer obter a garantia de que o CPE não será aplicado e recusa-se a discutir em torno das premissas propostas por Jacques Chirac.

Enquanto as atividades de aproximação já começaram, as "grandes manobras" não terão início antes de 5 de abril, depois da jornada de mobilização de 4 de abril. Os sindicatos e as organizações estudantis e colegiais contam tirar proveito da sua vantagem e colocar sob pressão os redatores da futura lei.

A tarefa destes últimos não será fácil. O presidente da UMP, Nicolas Sarkozy, que passou a se dedicar ao seu novo papel de negociador - reconhecido como tal pelos sindicalistas -, contactou praticamente todos os dirigentes durante o fim de semana. A cada um dentre eles, o número dois do governo, que está decidido a não deixar passar esta oportunidade para modificar sua imagem liberal e mostrar que ele suplantou definitivamente Dominique de Villepin, afirmou a sua vontade de abrir "negociações sem tabu".



"Vai ser possível falar de tudo", anunciou Sarkozy a um dos sindicalistas. Os assessores do ministro do interior consideram que o CPE "dançou". O antigo primeiro-ministro Edouard Balladur estimou, nesta segunda-feira (3/4) em entrevista à emissora de rádio Europe 1, que o CPE "sumiu, morreu, conforme todos já sabem".

Também convocado para ajudar a resolver a situação, o presidente do grupo da UMP na Assembléia Nacional (o legislativo), Bernard Accoyer, multiplicou os contatos. Um grupo de uma dezena de parlamentares será constituído com o objetivo de acompanhar as discussões e de fazer propostas. Accoyer, que é deputado da Haute-Savoie (leste), prestará contas dessas primeiras discussões na terça-feira, perante a executiva do grupo UMP, e mais tarde perante os deputados.



Então, ele enviará oficialmente uma carta às centrais sindicais para convidá-las para uma discussão a respeito da qual ele também afirma que ela deve ser "sem preconceitos". Tanto Sarkozy como Accoyer estão decididos a conceder todo o tempo necessário para maio.

Preocupado em não perder de tempo, o presidente da Assembléia Nacional, Jean-Louis Debré, por sua vez, manifestou a vontade, na segunda-feira, em entrevista à rádio RTL, de ver o projeto de lei ser apresentado dentro de dez dias. Ele também aproveitou a oportunidade para arrancar Sarkozy, zombando daqueles que

querem "se auto-proclamar responsáveis pelo fim da crise, e tirar proveito da crise para exercer um papel pessoal".

Um outro chiraquiano, Henri Cuq, o ministro-delegado encarregado das relações com o Parlamento, sugeriu que a apresentação do novo projeto de lei seja efetuada na próxima semana. O debate parlamentar, por sua vez, só poderia ocorrer no início de maio, em função das férias parlamentares que ocorrem de 15 a 30 de abril.

Nesse meio-tempo, os opositores anti-CPE vão querer manter a pressão. Enquanto a coordenação estudantil convocou os assalariados para "uma greve geral", o que tem o dom de irritar certas confederações, as modalidades da futura mobiliz este diálogo. A UMP só apresentará um projeto de lei modificativo no final de abril ou início de maio. Ações serão discutidas nesta quarta-feira (5), por ocasião de uma reunião da comissão intersindical anti-CPE na sede do sindicato Força Operária (FO) em Paris.

Os dirigentes das organizações de assalariados, estudantes e colegiais deverão planejar formas de ação compatíveis com as férias escolares, que terão início neste sábado (8/4) para a região parisiense e Bordeaux, e se terminam em 9 de maio, em nove academias da província. Uma manifestação nacional contra o CPE, em 1º de maio em Paris, já está sendo planejada. (Tradução para o UOL : Jean-Yves de Neufville0 *(Le Monde, 04.04.2006)*)

Nova rebelião indígena no Equador

Os agricultores burlam o estado de exceção e prosseguem seu protesto contra o Tratado de Livre Comércio com os EUA

"A luta é o caminho que herdamos de nossos ancestrais, é a única coisa que nos resta!", gritava com veemência Luis Macas, presidente da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie), que no último fim de semana confirmou em sua Assembléia Nacional que levará "até as últimas conseqüências" sua luta contra o Tratado de Livre Comércio (TLC) com os EUA.

Macas, extremamente sério e vestindo o traje típico -- poncho, chapéu de feltro verde e calças até o joelho --, afirmou no início da reunião que, apesar do "militarismo" do governo do presidente Alfredo Palacio, este não havia conseguido evitar a realização da assembléia nem poderia detê-los.

No primeiro ponto, pelo menos, tinha razão. Como o Executivo mantém desde 21 de março o estado de exceção em várias províncias, os indígenas realizaram uma mudança de última hora e em vez de se reunir na província de Chimborazo no mesmo dia mudaram de lugar e se encontraram em Salasaca, na província de Tungurahua, sobre a qual não há restrição da liberdade de reunião.

Enquanto cerca de mil policiais e militares tomavam Chimborazo, cerca de 500 delegados das 27 comunidades e nações indígenas da Conaie chegavam à vizinha localidade do Andes centrais, cerca de 170 quilômetros ao sul de Quito.

Gente de toda parte do país: índios da serra andina em sua maioria, mas também da Amazônia equatoriana, com horas de viagens nas costas, e do litoral do Pacífico. Os indígenas são cerca de 20% dos 14 milhões de habitantes do Equador.

Na porta do Coliseo de Salasaca, um pequeno estádio esportivo, Manuel Fares, índio do Chimborazo, convida para um pedaço de panqueca de milho, enquanto espera que o chamem para entrar na assembleia. "Dizem que o milho começou a ser plantado nestas terras há 85 mil anos. Para nós é como uma mãe", explica. "Se assinarmos o Tratado de Livre Comércio, nos mandarão milho transgênico e subsidiado, que acabará com nossa produção e nossas vidas", acrescenta.

Maria Masaquisá também espera. Como a maioria, não gosta de falar com a imprensa. Diz que a proibiram porque "publicam mentiras". Votará por continuar na luta. Junto dela há duas outras mulheres que fiam algodão em uma vara e que só se dirigem a ela em quíchua. Maria diz depois que o tratado é "seu fim" como comunidade, mas que há outros problemas que começaram antes, "com a dolarização".

A economia do Equador está dolarizada desde 2000, no país não circula papel-moeda próprio, somente dólares. O salário médio de um trabalhador beira os US\$ 270, enquanto a cesta básica supera os US\$ 400. O efeito da dolarização nos preços foi nefasto. Maria conta que uma réstia de cebolas, que custava 500 sucres antes da eliminação da moeda nacional, agora custa US\$ 0,50, equivalentes a 12.500 sucres.

A dolarização foi imposta em 9 de janeiro de 2000 pelo presidente Jamil Mahuad, que no dia 20 desse mês foi derrubado por um golpe encabeçado pelo ex-coronel Lucio Gutiérrez, que formou uma Junta de Salvação Nacional em associação com a Conaie e um advogado de Guayaquil chamado Carlos Solórzano.

A iniciativa fracassou, Gustavo Noboa se apossou da presidência e anistiou os militares que tinham participado do levante. Em 2003, e desta vez pelas urnas, Gutiérrez conseguiu o poder. Sem apoio no Parlamento, o ex-militar fez um pacto com o partido indigenista Pachakutik, a Conaie e o marxista Movimento Popular Democrático.

A lua-de-mel durou pouco e Gutiérrez se associou ao partido do ex-presidente Bucaram, então fugido por corrupção, e com Álvaro Noboa, magnata da indústria de bananas. Essas amizades precipitaram a queda de Gutiérrez em 2005, depois do protesto liderado por seus antigos sócios indígenas, os partidos de oposição, estudantes e trabalhadores.

A permanente instabilidade política e o fracasso dos sucessivos modelos durante os últimos 16 anos não fizeram mais que aguçar a crise econômica que assola um país com 9 milhões de pobres e com um dos piores índices de distribuição de riqueza da América Latina.

Esse não é um problema só dos indígenas, mas eles têm o poder para se organizar e protestar. Miguel Tancarás é um dos 36 mil shuaras da Amazônia, é enérgico e gosta de falar; durante seu discurso na assembleia, foi aplaudido várias vezes para obrigá-lo amavelmente a terminar. Essa comunidade teme que o tratado com os EUA lhes tire um de seus maiores tesouros, os remédios ancestrais. Manuel Puertas, porta-voz da Conaie, explica, por exemplo, que as comunidades utilizam plantas como a unha-de-gato ou a ayabasca para fazer todo tipo de remédio, alguns transmitidos de boca em boca por gerações.

Quando Ilda Santi, representante indígena da província de Pastaza, na selva amazônica, afirma que o governo só "lhes deixa o lixo", a ovação transborda o estádio. Vestida com roupa de "brancos" e enfeites étnicos, é a única mulher que se senta na fileira de cadeiras dos dirigentes máximos. Depois dela fala o chefe da Conaie, Macas: "Nós índios lutamos para viver dignamente em um território que já lhes pertencia antes que existisse este país. Em duas semanas de protestos mudamos o rumo do Equador e pusemos sobre a mesa do debate o Tratado de Livre Comércio. Sem nós ele já teria sido assinado e o teríamos de engolir. E isso nunca vai acontecer, apesar do governo militarista e das mentiras que a imprensa diz sobre nós", exclamou Macas. "Fora, mentirosos! Fora, vendidos!", gritavam os delegados aos jornalistas. Alguns minutos depois a imprensa foi convidada a deixar o recinto, onde se deliberou até tarde da noite. (Fernando Gualdoni, enviado especial a Salasaca) (Tradução para o UOL: Luiz Roberto Mendes Gonçalves) (*El País*, 05.04.2006)

CNM Internacional é o boletim informativo da Confederação
Nacional dos Metalúrgicos – CNM-CUT

Secretário Geral da CNM : Fernando Lopes

<http://www.cnmcut.org.br>